

AUTOR:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APENSADOS	
-		
12		
:		_
2)		

(DO SR. RAIMUNDO GOMES DE	MATOS)		
Autoriza doação de imóvel de prop	riedade do Instituto Nac	ional do Seguro Socia	il.,
DESPACHO:			
04/08/2000 - (ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART.24,II)	DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇ	O PÚBLICO; E DE CONSTITU	JIÇÃO E
The state of the s			
À COMISSÃO DE TRABALHO, DE	ADMINISTRAÇÃO E S	ERVICO PÚBLICO EI	v 19 ne \ m
A COMICONO DE TRABALTO, DE	ADMINIOTTAÇÃO E SI	ERVIÇO FOBEICO, EI	W 11104100
	1		
REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA	No. 20 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	PRAZO DE EMENDAS	with #Charles and Control
COMISSÃO DATA/ENTRADA	COMISSÃO	0 8 / 12 /00	TÉRMINO
ETAST 20/09/200	0/43/	08/12/	- 17/12/00
03/04/200		/ /	
	-		
			0
DISTR	RIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇA	ÃO / VISTA	
	Henry	Presidente:	quan / X
Comissão de Trabalho de	Adni - e Server	ico lublica in:	08/12/100
A(o) Sr(a). Deputado(a): _ Deo A	cantara	Presidente:	my 4
Comissão de: Constituição e Instina	W THE BOUNDER DON-14"	5 01 apparecent Em:	11,04,200
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:			
A(o) Sr(a). Deputado(a):			var a
Comissão de:			
A(o) Sr(a). Deputado(a):			
Comissão de:			
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		= 1 V	
A(o) Sr(a). Deputado(a): Comissão de:			
Comissão de.		Em:	

Nº DE ORIGEM:

CAMARA COS DEPUTACOS	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA
CD CTASP Ph	3395 2000 2002 2001 JEOGH
- PARECEA	FOURDIEL DO PRELOTOR, DEJOUTEDO
SGM 11.21.031025 T (JUNI96)	
CAMARA DOS DEPUTADOS	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA
CD ETAGP PX	3.395 2.000 02 04 2001 JESSE.
- Enegninha	do o cops.
SGM 3-21 00 025-7 (JUN/96)	
CAMARA DOS DEPUTADOS	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA
C D	IDENTIFICAÇÃO DA MARSENIA UNA VALA VALACA VI PERMENTANCIA DA VILLA VALACA VILLA NA ACAVILA PERMENTANCIA DE MARCA VILLA PERMENTANCIA DE PROPRIMENTANCIA DE PROPRIME
	DESAICH DANY AV
SGM 3.21 03:025-7 (JUN/96)	
CAMARA DOS DEPUTADOS	BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA
C D	DENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA DA AUTO DATA DA AUTO DE TERRESPICHIMENTI
	, (RECNICAL) (Varia) By
SGM 3 21.03.025-7 (JUN/96)	

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.395, DE 2000 (DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS)

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS autorizado a doar ao Governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade, localizado na Rua Antônio Justa, bairro Meireles, na cidade de Fortaleza, com área total de 6.600 m2 (seis mil e seiscentos metros quadrados), com limites e confrontações constantes de escritura pública lavrada no Cartório Pergentino Maia – Fortaleza-Ceará (livro 101, fls. 155v, de 07 de outubro de 1963) e devidamente registrada sob o nº de ordem 50.918 (livro 3-AK, fls. 76, do Livro de Transcrição de Transmissões) no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona – Fortaleza-Ceará.

Parágrafo único. O terreno doado será destinado ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública-ESP/CE e a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará.





Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O imóvel, objeto da presente Proposta, foi adquirido, em 1963, pelo ex-IAPB. Posteriormente, na gestão do ex-INPS, foi construído neste local um posto de assistência médica (PAM 505-433), hoje denominado "Centro de Saúde Meireles", permanecendo uma área de terreno remanescente de aproximadamente 2.200 m2.

Com o advento do SINPAS (Lei nº 6.439, de 01.09.77, os imóveis destinados à execução de programas de assistência médica (hospitais, postos de saúde, ambulatórios, etc) deveriam integrar o patrimônio do INAMPS. E, em integrando o patrimônio dessa Autarquia, esses bens deveriam ser, por força da Lei nº 8.689, de 27.07.93 (que extingue o INAMPS), doados ou cedidos a Municípios, Estados e Distrito Federal, quando se tratar de hospitais e postos de assistência à saúde. No caso em exame, o PAM Meireles se enquadra perfeitamente no disposto no inciso II do art. 2º da Lei º 8.689, de 27.07.93.

Com o processo de descentralização das ações de saúde, decorrentes da criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, o INAMPS transferiu para o Estado do Ceará as unidades hospitalares e ambulatoriais, até então sob sua gestão, naquele Estado, por meio de termos de cessão de uso.





Com esses novos encargos, os gestores dos serviços de saúde verificaram, de imediato, uma carência de pessoal qualificado, necessário à consolidação do novo modelo descentralizado de atenção à saúde. Para enfrentar esse problema, optou-se pela criação da Escola de Saúde Pública, nos moldes da Escola Nacional de Saúde Pública, voltada para a pesquisa e formação de recursos humanos na área de saúde coletiva. Criada pela Lei nº 12.140, de 22.07.93 e viabilizada com recursos do BIRD, a ESP/CE foi construída no terreno que, em parte, já era ocupado pelo PAM Meireles e pela Casa da Juventude ligada à Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Acontece já existindo que, mesmo em funcionamento toda esta estrutura voltada à ação social e ao atendimento básico de saúde, o INSS, exibindo vasta documentação de posse do imóvel, protocolou, na Justiça Federal do Estado do Ceará, Ação de Reintegração de Posse, com pedido de liminar. Alega aquele Instituto que o terreno, de propriedade do ex-IAPB, foi, posteriormente, averbado em nome do INPS (em 1977), do IAPAS (em 1979) e, finalmente, em nome do INSS, em 1991. Dessa forma, o terreno, medindo 100 metros de frente, por 66 metros de fundos, no bairro Meireles, na cidade de Fortaleza/Ce, limitando-se ao norte com a Rua Juazeiro do Norte, ao sul com a Avenida Antônio Justa, ao leste com a rua Vicente Leite e ao oeste com a Rua Leonardo Mota, adquirido parte conforme transcrição nº 37.151 e parte conforme transcrição nº 41.589, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona – Fortaleza/Ce, é de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social/INSS.

Em face disso, a Escola de Saúde Pública do Ceará enfrenta, hoje, dificuldades intransponíveis: não apresentando documentos comprobatórios de propriedade do imóvel onde foi edificada, a ESP/CE se encontra impedida de habilitar-se, junto a





instituições nacionais e internacionais, a programas de financiamento para o desenvolvimento de sua atividades. A regularização da posse e da propriedade do terreno é, portanto, de fundamental importância para a consolidação das atividades aí já desenvolvidas. No momento, a solução definitiva é a doação do terreno de propriedade do INSS ao Governo do Estado do Ceará, o que estamos viabilizando através do presente Projeto de Lei.

Dada a relevância social da iniciativa, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para sua rápida tramitação e aprovação.

Sala das Sessões, em ol de 4 quito de 2000

Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS — CEDI



LEI Nº 6.439, DE 1º DE SETEMBRO DE 1977.

INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I DO SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Art. 1º Fica instituido o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social SINPAS, sob a orientação, coordenação e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social MPAS, com a finalidade de integrar as seguintes funções atribuídas às entidades referidas nesta Lei:
 - 1 concessão e manutenção de beneficios, e prestação de serviços:
 - II custeio de atividades e programas;
 - III gestão administrativa, financeira e patrimonial.
- Art. 2º São mantidos, com o respectivo custeio, na forma da legislação própria, os regimes de benefícios e serviços dos trabalhadores urbanos e rurais, e dos funcionários públicos civis da União, atualmente a cargo do Instituto Nacional de Previdência Social INPS, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural FUNRURAL e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado IPASE.
 - Art. 3º Ficam criadas as seguinte autarquias vinculadas ao MPAS:
- I Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social INAMPS;

Π -	Instituto	de	Administração	Financeira	da	Previdência	6	Assistência
Social - IAPA	S.							
							1255	
A REAL PROPERTY AND ADDRESS OF THE PARTY OF			THE PROPERTY OF THE PROPERTY O					

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI



LEI N° 8.689, DE 27 DE JULHO DE 1993.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2º Os bens imóveis e o acervo físico, documental e material integrantes
do patrimônio do INAMPS serão inventariados e:
 I - incorporados ao patrimônio da União, mediante termos lavrados na forma
do inciso VI do art. 13 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, com a
redação dada pelo art. 10 da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968, ficando o acervo
documental sob a guarda e responsabilidade do Ministério da Saúde;
11 - doados ou cedidos a municípios, estados e Distrito Federal, quando se
tratar de hospitais e postos de assistência à saúde e, na conveniência de ambas as
partes, cedidos, quando se tratar de móveis de uso administrativo, os quais
permanecerão como patrimônio do INSS, sendo obrigatória a publicação do Ato
correspondente que especifique o destinatário e o uso do bem.
§ 1º Incluem-se no acervo patrimonial de que trata este artigo os bens
móveis e imóveis cedidos a estados, municípios e Distrito Federal, e os em uso pelo
INAMPS ou em processo de transferência para a autarquia.
§ 2º O inventário de que trata o "caput" será concluído no prazo de 180

(cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei e divulgado pelo Diário Oficial

da União.

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.395/00

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 08/12/2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 15 de dezembro de 2000.

Anamélia Ribeiro Correia de Araújo Secretária



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.395, DE 2000

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

Autor: Dep. Raimundo Gomes de Matos

Relator: Dep. Pedro Henry

I- Relatório:

De autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Projeto de Lei, ora em exame, tem por objetivo autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social a doar ao Governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade.

O terreno, com área total de 6.600 m2, será

- destinado:
- ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do SUS;
- à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública - ESP-Ce;
- a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho do Governo do Estado do Ceará.

O Projeto foi distribuído à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para apreciação, nos termos do disposto nos arts. 24, inciso II e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



Aberto o prazo para apresentação de emendas, não foi encaminhada a essa Comissão qualquer proposta de alteração do texto do Projeto.

À Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público compete examinar o mérito da Proposta, nos termos do disposto no art. 32, inciso XIII, do Regimento Interno.

II- Voto do Relator:

O imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social, conforme anotações no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona, da Cidade de Fortaleza, originariamente foi adquirido pelo ex-IAPB. Na gestão do ex-INPS, foi construído, em parte deste terreno, um Posto de Assistência Médica (PAM Meireles).

Com o advento do SINPAS, processou-se uma reorganização da estrutura administrativa do Sistema, criando-se o INAMPS, o INPS e o IAPAS. Para cumprimento de sua função, todos os imóveis destinados à execução de programas de assistência médica passaram a integrar o patrimônio do INAMPS.

Com a extinção do INAMPS os bens integrantes do seu patrimônio e que estivessem vinculados à assistência médica (postos de assistência à saúde, hospitais) seriam doados ou cedidos a Estados e Municípios, em atenção ao disposto na Lei nº 8.689, de 27.07.93, art. 2º, inciso II).

O imóvel, de que trata o presente Projeto de Lei, seria automaticamente doado ou cedido ao Estado do Ceará, por funcionar no local o Posto de Assistência Médica - PAM Meireles, a exemplo do que aconteceu com outros imóveis, de propriedade do INAMPS, e nos quais funcionavam unidades hospitalares ou ambulatoriais. Existe, portanto, amparo legal para a transferência do referido imóvel ao Governo do Estado do Ceará.

No mesmo imóvel, além do PAM Meireles, funciona a Escola de Saúde Pública, cuja missão é a formação e a qualificação





de pessoal necessário à consolidação do novo modelo descentralizado de atenção à saúde que tem o SUS como instância única de gestão, responsável pela provisão universal, gratuita e integral de ações e serviços de saúde.

Por não ter a propriedade do imóvel onde está instalada, a Escola de Saúde Pública fica impedida de habilitar-se, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, a programas de financiamento para o desenvolvimento de suas funções de pesquisa e de formação de recursos humanos para a saúde.

Em face do exposto, no que tange ao mérito, votamos pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 3.395, DE 2000,

Sala da Comissão, em 20 de 02

de 2000

Deputado PEDRO HENRY

Relator

CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.395/00

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, o Projeto de Lei nº 3.395/00, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Henry.

Estiveram presentes os senhores Deputados:

Freire Júnior, Presidente; Lino Rossi, Luiz Antonio Fleury e Herculano Anghinetti, Vice-Presidentes; Alexandre Santos, Avenzoar Arruda, Candinho Mattos, Evandro Milhomen, Fátima Pelaes, Jair Bolsonaro, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Laíre Rosado, Lamartine Posella, Luciano Castro, Medeiros, Paulo Paim, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin, Vivaldo Barbosa e Wilson Braga, titulares; Almerinda de Carvalho, Ana Maria Corso e João Tota, suplentes.

Sala da Comissão, em 28 de março de 2001.

Deputado FREIRE JÚNIOR

Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.395-A, DE 2000

(DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS)

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART.24,II))

SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- parecer da Comissão

*PROJETO DE LEI Nº 3.395-A, DE 2000

(DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS)

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO HENRY).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART.24,II))

*Projeto inicial publicado no DCD de 05/08/00

PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUMÁRIO

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- parecer da Comissão

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Oficio nº 10/00 - CTASP Publique-se. Em 06/04/01

AÉCIO NEVES Presidente

Documento : 663 - 1

CÁMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Of. Pres. nº 10/2000

Brasilia, 28 de março de 2001.

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.395, de 2000.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente,

Deputado FREIRE JÚNIOR

Presidente

A Sua Excelência o Senhor Deputado **AÉCIO NEVES** DD. Presidente da Câmara dos Deputados N E S T A Lote: 80 PL Nº 3395/2000 17

Ass: STARIA - GERAL DA ME
Recubido

Orgão CCI n.º 1339/01

Data: 6/4/0/ Hora: /8 CO



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.395-A/00

Nos termos do art. 119, caput e inciso I do Regimento
Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº
10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do
Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 30/04/01,
por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao
projeto.

Sala da Comissão, em 07 de maio de 2001.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA Secretário



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.395, de 2000

Autoriza a doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

Autor: Dep. Raimundo Gomes de Matos

Relator: Dep. Leo Alcântara

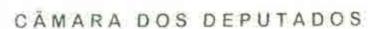
I- RELATÓRIO:

O Projeto de Lei, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, tem por objetivo autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social/INSS a proceder a doação de terreno de sua propriedade ao Governo do Estado do Ceará.

O terreno, localizado na cidade de Fortaleza, será destinado à implementação de serviços a serem desenvolvidos pelo SUS, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública e à realização de programas pela Secretaria de Trabalho e Ação Social, no Estado do Ceará.

De propriedade do ex-IAPB e, posteriormente averbado em nome do INPS (1977) e do IAPAS (1979) e do INSS (1991), o terreno, por estar destinado à execução de programas de assistência médica, deveria, por força do diploma legal que criou o

4



SINPAS (Lei nº 6.439, de 01.09.77), integrar o patrimônio do INAMPS. Com a extinção do INAMPS (Lei nº 8.689, de 27.07.93), os bens que integrassem o patrimônio dessa Autarquia deveriam ser doados ou cedidos a Municípios, Estados ou Distrito Federal.

No caso em exame, no terreno, hoje de propriedade do INSS, se localiza um Posto de Assistência Médica – PAM Meireles, justificando, plenamente, portanto, a sua doação ao Estado do Ceará que destinará o seu uso, também, para o desenvolvimento de programas na área de trabalho e de ação social e para implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública, responsável pela formação de recursos humanos na área de saúde coletiva – atividade fundamental para a consolidação do novo modelo descentralizado de atenção à saúde.

Apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto foi distribuído, para apreciação nos termos do disposto nos arts. 24-II e 54, do Regimento Interno, à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para exame do mérito e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para exame das preliminares de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, na apreciação do mérito, aprovou, por unanimidade, o parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Henry.

À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação compete examinar as preliminares de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do disposto no art. 32, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



Divulgado na Ordem do Dia das Comissões, foi aberto prazo para apresentação de emendas, nos termos do disposto no art. 119, inciso I, do Regimento Interno. Esgotado o prazo regimental (art. 119, § 1º, do Regimento Interno), não foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação qualquer proposta de alteração no texto do Projeto de Lei, ora em exame.

II- VOTO DO RELATOR:

Estão obedecidas as normas constitucionais cujo exame cabe a esta Comissão: competência legislativa, atribuição do Congresso Nacional com posterior pronunciamento do Presidente da República e legitimidade da iniciativa concorrente.

O Projeto contempla, também, os requisitos essenciais de juridicidade e, no tocante ao aspecto formal da técnica legislativa, a proposição não merece reparos.

Do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.395, de 2000.

Sala da Comissão, em 14 de maio

de acl

2001

Deputado LEO ALCÂNTARA Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.395-A, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.395-A/00, nos termos do parecer do Relator, Deputado Léo Alcântara.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Robson Tuma e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, André Benassi, Custódio Mattos, Fernando Gonçalves, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Ricardo Ferraço, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Aldir Cabral, Antônio Carlos Konder Reis, Jaime Martins, Moroni Torgan, Paes Landim, Paulo Magalhães, Vilmar Rocha, Coriolano Sales, Geovan Freitas, José Priante, Mendes Ribeiro Filho, Renato Vianna, Roland Lavigne, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoino, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Augusto Farias, Edmar Moreira, Eurico Miranda, Gerson Peres, José Antônio Almeida, Sérgio Miranda, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Átila Lira, Odílio Balbinotti, Raimundo Santos, Vic Pires Franco, Osvaldo Reis, Themístocles Sampaio, Ary Kara, Iédio Rosa, Wolney Queiroz e Bispo Wanderval.

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.395-B, DE 2000

(DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS)

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO HENRY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. LÉO ALCÂNTARA).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART.24,II)

SUMÁRIO

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do relator
 - parecer da Comissão
- III Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do relator
 - parecer da Comissão

*PROJETO DE LEI N° 3.395-B, DE 2000 (DO SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS)

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO HENRY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. LÉO ALCÂNTARA).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART.24,II)

*Projeto inicial publicado no DCD de 05/08/00

(parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público publicado no DCD de 29/03/01)

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUMÁRIO

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- parecer da Comissão





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI N° 3.395-C, DE 2000

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS autorizado a doar ao governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade, localizado na Rua Antônio Justa, bairro Meireles, na cidade de Fortaleza, com área total de seis mil e seiscentos metros quadrados, com limites e confrontações constantes de escritura pública lavrada no Cartório Pergentino Maia - Fortaleza - Ceará (livro 101, fls. 155v, de 7 de outubro de 1963) e devidamente registrada sob o nº de ordem 50.918 (livro 3-AK, fls. 76, do Livro de Transcrição de Transmissões) no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona - Fortaleza - Ceará.

Parágrafo único. O terreno doado será destinado ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública-ESP/CE e a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

Deputado FERNANDO CORUJA Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.395-C, DE 2000

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Fernando Coruja, ao Projeto de Lei nº 3.395-B/00.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho, Robson Tuma e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, Aldir Cabral, André Benassi, Antônio Carlos Konder Reis, Augusto Farias, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Dr. Antonio Cruz, Eurico Miranda, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Gerson Peres, Ibrahim Abi-ackel, Jaime Martins, José Antonio Almeida, José Genoino, José Roberto Batochio, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Mendes Ribeiro Filho, Moroni Torgan, Murilo Domingos, Nelson Trad, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Renato Vianna, Ricardo Ferraço, Roland Lavigne, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Átila Lins, Átila Lira, Claudio Cajado, Dr. Benedito Dias, Léo Alcântara, Odílio Balbinotti, Orlando Fantazzini, Osvaldo Reis, Ricardo Rique e Wilson Santos.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente PS-GSE/460/01

Brasilia, 5 de cotobro de 2001

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 3.395, de 2000, da Câmara dos Deputados, que "Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Deputado SEVERI

A Sua Excelência o Senhor Senador CARLOS WILSON Primeiro-Secretário do Senado Federal N E S T A Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS autorizado a doar ao governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade, localizado na Rua Antônio Justa, bairro Meireles, na cidade de Fortaleza, com área total de seis mil e seiscentos metros quadrados, com limites e confrontações constantes de escritura pública lavrada no Cartório Pergentino Maia - Fortaleza - Ceará (livro 101, fls. 155v, de 7 de outubro de 1963) e devidamente registrada sob o nº de ordem 50.918 (livro 3-AK, fls. 76, do Livro de Transcrição de Transmissões) no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona - Fortaleza - Ceará.

Parágrafo único. O terreno doado será destinado ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública-ESP/CE e a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, C5 DE CATORO DE 2001.

Jes Dy

MENTA			
	Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do	Seguio Su-	GOMES DE MATOS
cial.		(PSDB-C	E)
NDAMENTO		Sancionado	ou promulgado
	PLENÁRIO		
01.08.00	Apresentação e leitura do Projeto.	Dublingue	District Obstacles
		Publicado no	Diário Oficial de
	MESA		
04.08.00	Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviç	Público; e Vetado	
	de Constituição e Justica e de Redação (Art. 54) -	4-07L070470-75	
	OCD 05/08/00, pág39724col. 01.	Dentage dense	a file supplying the control of the
	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES	Razoes do ve	eto-publicadas no
20.09.00	Encaminhado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviç	Público.	
	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO		
08.12.00	Distribuido ao relator, Dep. PEDRO HENRY.		
	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO		
08.12.00	Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.		
	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO		
15.12.00	Não foram apresentadas emendas.		IA2
	CONTCCÃO DE MENDATUO DE ABUTUTOMBAÇÃO — OFFICIA		
20.02.01	COMISSÃO DE TRABALHO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PUBLICO		
0.02,01	Parecer favoravel do relator, Dep. PEDRO HENRY.		
28.03.01	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO Aprovado unanimemnte o parecer favorável do relator, Dep. PEDI (PL. 3.395-A/00)	O HENRY.	345

ANDAMENTO	PL Nº 3.395/ 2000 (VERSO DA FOLHA 01)
02.04.01	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
02.04.01	Encaminhado `a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.
1958 11650 - 6347	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
30.04.01	Distribuido ao relator, Dep. LEO ALCANTARA.
30.04.01	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
The state of the s	rrazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
07.05.01	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Não foram apresentadas emendas.
and the state of t	The Lordin agresentades emendes.
	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
20.06.01	Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. LEO ALCÂNTARA, pela constitucionalidade,
	juridicidade e técnica legislativa.
•	MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)
20.06.01	É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação;
r.	e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. (PL 3.395-B/00).
11 09 01	AVISO
14.08.01	Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 14 a 21.08.01.
	MESA
04.09.01	Of SGM-P 1091/01, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos
	termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.

termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.

Continua....

CÁMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO Nº 3.395/00

Continuação (Folha nº 02)

CEL - Seção de Sinopse ANDAMENTO

18.09.01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Aprovação unanime da redação final, oferecida pelo relator, Dep Fernando Coruja.

(PL. 3395-C/00)

MESA

Remessa ao SF, através do of PS-GSE/



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI № 3.395-B, 2000

(Do Sr. Raimundo Gomes de Matos)

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO HENRY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. LÉO ALCÂNTARA).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART.24,II)

SUMÁRIO

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do relator
 - parecer da Comissão
- III Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do relator
 - parecer da Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS autorizado a doar ao Governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade, localizado na Rua Antônio Justa, bairro Meireles, na cidade de Fortaleza, com área total de 6.600 m2 (seis mil e seiscentos metros quadrados), com limites e confrontações constantes de escritura pública lavrada no Cartório Pergentino Maia - Fortaleza-Ceará (livro 101, fls. 155v, de 07 de outubro de 1963) e devidamente registrada sob o nº de ordem 50.918 (¹¹ ro 3-AK, fls. 76, do Livro de Transcrição de Transmissões) no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona - Fortaleza-Ceará.

Parágrafo único. O terreno doado será destinado ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública-ESP/CE e a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O imóvel, objeto da presente Proposta, foi adquirido, em 1963, pelo ex-IAPB. Posteriormente, na gestão do ex-INPS, foi construído neste local um posto de assistência médica (PAM 505-433), hoje denominado "Centro de Saúde Meireles", permanecendo uma área de terreno remanescente de aproximadamente 2.200 m2.

Com o advento do SINPAS (Lei nº 6.439, de 01.09.77, os imóveis destinados à execução de programas de

assistência médica (hospitais, postos de saúde, ambulatórios, etc) deveriam integrar o patrimônio do INAMPS. E, em integrando o patrimônio dessa Autarquia, esses bens deveriam ser, por força da Lei nº 8.689, de 27.07.93 (que extingue-o INAMPS), doados ou cedidos a Municípios, Estados e Distrito Federal, quando se tratar de hospitais e postos de assistência à saúde. No caso em exame, o PAM Meireles se enquadra perfeitamente no disposto no inciso II do art. 2º da Lei º 8.689, de 27.07.93.

Com o processo de descentralização das ações de saúde, decorrentes da criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, o INAMPS transferiu para o Estado do Ceará as unidades hospitalares e ambulatoriais, até então sob sua gestão, naquele Estado, por meio de termos de cessão de uso.

Com esses novos encargos, os gestores dos serviços de saúde verificaram, de imediato, uma carência de pessoal qualificado, necessário à consolidação do novo modelo descentralizado de atenção à saúde. Para enfrentar esse problema, optou-se pela criação da Escola de Saúde Pública, nos moldes da Escola Nacional de Saúde Pública, voltada para a pesquisa e formação de recursos humanos na área de saúde coletiva. Criada pela Lei nº 12.140, de 22.07.93 e viabilizada com recursos do BIRD, a ESP/CE foi construída no terreno que, em parte, já era ocupado pelo PAM Meireles e pela Casa da Juventude ligada à Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Acontece que, mesmo já existindo em funcionamento toda esta estrutura voltada à ação social e ao atendimento básico de saúde, o INSS, exibindo vasta documentação de posse do imóvel, protocolou, na Justiça Federal do Estado do Ceará, Ação de Reintegração de Posse, com pedido de liminar. Alega aquele Instituto que o terreno, de propriedade do ex-IAPB, foi, posteriormente, averbado em nome do INPS (em 1977), do IAPAS (em 1979) e, finalmente, em nome do INSS, em 1991.

Dessa forma, o terreno, medindo 100 metros de frente, por 66 metros de fundos, no bairro Meireles, na cidade de Fortaleza/Ce, limitando-se ao norte com a Rua Juazeiro do Norte, ao sul com a Avenida Antônio Justa, ao leste com a rua Vicente Leite e ao oeste com a Rua Leonardo Mota, adquirido parte conforme transcrição nº 37.151 e parte conforme transcrição nº 41.589, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona – Fortaleza/Ce, é de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social/INSS.

Em face disso, a Escola de Saúde Pública do Ceará enfrenta, hoje, dificuldades intransponíveis: não apresentando documentos comprobatórios de propriedade do imóvel onde foi edificada, a ESP/CE se encontra impedida de habilitar-se, junto a instituições nacionais e internacionais, a programas de financiamento para o desenvolvimento de sua atividades. A regularização da posse e da propriedade do terreno é, portanto, de fundamental importância para a consolidação das atividades aí já desenvolvidas. No momento, a solução definitiva é a doação do terreno de propriedade do INSS ao Governo do Estado do Ceará, o que estamos viabilizando através do presente Projeto de Lei.

Dada a relevância social da iniciativa, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para sua rápida tramitação e aprovação.

Sala das Sessões, em îl de igato de 2000

Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 6.439, DE 1° DE SETEMBRO DE 1977.

INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I DO SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social SINPAS, sob a orientação, coordenação e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social MPAS, com a finalidade de integrar as seguintes funções atribuídas às entidades referidas nesta Lei:
 - I concessão e manutenção de beneficios, e prestação de serviços;
 - II custeio de atividades e programas;
 - III gestão administrativa, financeira e patrimonial.
- Art. 2º São mantidos, com o respectivo custeio, na forma da legislação própria, os regimes de beneficios e serviços dos trabalhadores urbanos e rurais, e dos funcionários públicos civis da União, atualmente a cargo do Instituto Nacional de Previdência Social INPS, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural FUNRURAL e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado IPASE.
 - Art. 3° Ficam criadas as seguinte autarquias vinculadas ao MPAS:
- I Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social INAMPS:
- II Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência
 Social IAPAS.

LEI N° 8.689, DE 27 DE JULHO DE 1993.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA

Art. 2º Os bens imóveis e o acervo físico, documental e material integrantes do patrimônio do INAMPS serão inventariados e:

I - incorporados ao patrimônio da União, mediante termos lavrados na forma do inciso VI do art. 13 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo art. 10 da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968, ficando o acervo documental sob a guarda e responsabilidade do Ministério da Saúde;

II - doados ou cedidos a municipios, estados e Distrito Federal, quando se tratar de hospitais e postos de assistência à saúde e, na conveniência de ambas a partes, cedidos, quando se tratar de móveis de uso administrativo, os quais permanecerão como patrimônio do INSS, sendo obrigatória a publicação do Ato correspondente que especifique o destinatário e o uso do bem.

§ 1º Incluem-se no acervo patrimonial de que trata este artigo os bens móveis e imóveis cedidos a estados, municípios e Distrito Federal, e os em uso pelo INAMPS ou em processo de transferência para a autarquia.

§ 2º O inventário de que trata o "caput" será concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei e divulgado pelo Diario Oficial da União.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.395/00

Nos termos do art. 119, caput, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e

Lote: 80 Caixa: 143 PL Nº 3395/2000 34 divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 08/12/2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 15 de dezembro de 2000.

Anamélia Ribeiro Correia de Araújos Secretária

I- Relatório:

De autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Projeto de Lei, ora em exame, tem por objetivo autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social a doar ao Governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade.

O terreno, com área total de 6.600 m2, será destinado:

- ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do SUS;
- à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública - ESP-Ce;
- a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho do Governo do Estado do Ceará.

O Projeto foi distribuído à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para apreciação, nos termos do disposto nos arts. 24, inciso II e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Aberto o prazo para apresentação de emendas, não foi encaminhada a essa Comissão qualquer proposta de alteração do texto do Projeto.

À Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço. Público compete examinar o mérito da Proposta, nos termos do disposto no art. 32, inciso XIII, do Regimento Interno.

II- Voto do Relator:

O imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social, conforme anotações no Cartório de Registro de Imóveis *da 1ª Zona, da Cidade de Fortaleza, originariamente foi adquirido pelo ex-IAPB. Na gestão do ex-INPS, foi construído, em parte deste terreno, um Posto de Assistência Médica (PAM Meireles).

Com o advento do SINPAS, processou-se uma reorganização da estrutura administrativa do Sistema, criando-se o INAMPS, o INPS e o IAPAS. Para cumprimento de sua função, todos os imóveis destinados à execução de programas de assistência médica passaram a integrar o patrimônio do INAMPS.

Com a extinção do INAMPS os bens integrantes do seu patrimônio e que estivessem vinculados à assistência médica (postos de assistência à saúde, hospitais) seriam doados ou cedidos a Estados e Municípios, em atenção ao disposto na Lei nº 8.689, de 27.07.93, art. 2º, inciso II).

O imóvel, de que trata o presente Projeto de Lei, seria automaticamente doado ou cedido ao Estado do Ceará, por funcionar no local o Posto de Assistência Médica - PAM Meireles, a exemplo do que aconteceu com outros imóveis, de propriedade do INAMPS, e nos quais funcionavam unidades hospitalares ou ambulatoriais. Existe, portanto, amparo legal para a transferência do referido imóvel ao Governo do Estado do Ceará.

No mesmo imóvel, além do PAM Meireles, funciona a Escola de Saúde Pública, cuja missão é a formação e a qualificação de pessoal necessário à consolidação do novo modelo descentralizado de atenção à saúde que tem o SUS como instância única de gestão, responsável pela provisão universal, gratuita e integral de ações e serviços de saúde.

Por não ter a propriedade do imóvel onde está instalada, a Escola de Saúde Pública fica impedida de habilitar-se,

junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, a programas de financiamento para o desenvolvimento de suas funções de pesquisa e de formação de recursos humanos para a saúde.

Em face do exposto, no que tange ao mérito, votamos pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 3.395, DE 2000,

Sala da Comissão, em 20 de

de 2000

Deputado PEDRO HENRY

Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, o Projeto de Lei nº 3.395/00, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Henry.

Estiveram presentes os senhores Deputados:

Freire Júnior, Presidente; Lino Rossi, Luiz Antonio Fleury e Herculano Anghinetti, Vice-Presidentes; Alexandre Santos, Avenzoar Arruda, Candinho Mattos, Evandro Milhomen, Fátima Pelaes, Jair Bolsonaro, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Laire Rosado, Lamartine Posella, Luciano Castro, Medeiros, Paulo Paim, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin, Vivaldo Barbosa e Wilson Braga, titulares; Almerinda de Carvalho, Ana María Corso e João Tota, suplentes.

Sala da Comissão, em 28 de março de 2001.

Deputado FREIRE JÚNIOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.395-A/00

Nos termos do art. 119, caput e inciso I do Regimento
Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº
10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do
Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 30/04/01,
por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao
projeto.

Sala da Comissão, em 07 de maio de 2001.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I- RELATÓRIO:

O Projeto de Lei, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, tem por objetivo autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social/INSS a proceder a doação de terreno de sua propriedade ao Governo do Estado do Ceará.

O terreno, localizado na cidade de Fortaleza, será destinado à implementação de serviços a serem desenvolvidos pelo SUS, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde

Pública e à realização de programas pela Secretaria de Trabalho e Ação Social, no Estado do Ceará.

De propriedade do ex-IAPB e, posteriormente averbado em nome do INPS (1977) e do IAPAS (1979) e do INSS (1991), o terreno, por estar destinado à execução de programas de assistência médica, deveria, por força do diploma legal que criou o

SINPAS (Lei nº 6.439, de 01.09.77), integrar o patrimônio do INAMPS. Com a extinção do INAMPS (Lei nº 8.689, de 27.07.93), os bens que integrassem o patrimônio dessa Autarquia deveriam ser doados ou cedidos a Municípios, Estados ou Distrito Federal.

No caso em exame, no terreno, hoje de propriedade do INSS, se localiza um Posto de Assistência Médica – PAM Meireles, justificando, plenamente, portanto, a sua doação ao Estado do Ceará que destinará o seu uso, também, para o desenvolvimento de programas na área de trabalho e de ação social e para implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública, responsável pela formação de recursos humanos na área de saúde coletiva – atividade fundamental para a consolidação do novo modelo descentralizado de atenção à saúde.

Apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto foi distribuído, para apreciação nos termos do disposto nos arts. 24-II e 54, do Regimento Interno, à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para exame do mérito e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para exame das preliminares de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, na apreciação do mérito, aprovou, por unanimidade, o parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Henry.

À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação compete examinar as preliminares de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do disposto no art. 32, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Divulgado na Ordem do Dia das Comissões, foi aberto prazo para apresentação de emendas, nos termos do disposto no art. 119, inciso I, do Regimento Interno. Esgotado o prazo regimental (art. 119, § 1°, do Regimento Interno), não foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação qualquer proposta de alteração no texto do Projeto de Lei, ora em exame.

II- VOTO DO RELATOR:

Estão obedecidas as normas constitucionais cujo exame cabe a esta Comissão: competência legislativa, atribuição do Congresso Nacional com posterior pronunciamento do Presidente da República e legitimidade da iniciativa concorrente.

O Projeto contempla, também, os requisitos essenciais de juridicidade e, no tocante ao aspecto formal da técnica legislativa, a proposição não merece reparos.

Do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.395, de 2000.

Sala da Comissão, em 14 de maio

de and

2001

PL Nº 3395/2000 37

Deputado LEO ALCÂNTARA Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.395-A/00, nos termos do parecer do Relator, Deputado Léo Alcântara.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão — Presidente, Robson Tuma e Osmar Serraglio — Vice-Presidentes, André Benassi, Custódio Mattos, Fernando Gonçalves, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Ricardo Ferraço, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Aldir Cabral, Antônio Carlos Konder Reis, Jaime Martins, Moroni Torgan, Paes Landim, Paulo Magalhães, Vilmar Rocha, Coriolano Sales, Geovan Freitas, José Priante, Mendes Ribeiro Filho, Renato Vianna, Roland Lavigne, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoino, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Augusto Farias, Edmar Moreira, Eurico Miranda, Gerson Peres, José Antônio Almeida, Sérgio Miranda, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Átila Lira, Odílio Balbinotti, Raimundo Santos, Vic Pires Franco, Osvaldo Reis, Themístocles Sampaio, Ary Kara, Iédio Rosa, Wolney Queiroz e Bispo Wanderval.

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

Oficio nº 166 (SF) Brasília, em 💝 de março de 2002.

Senhor Primeiro-Secretário.

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (PL nº 3.395, de 2000, nessa Casa), que "autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social".

Atenciosamente,

Senador Mozarildo Cavalcanti Quarto Secretário, no exercício

in to infine Go entaria.

- Proposition devidas

Ci fo de Gubinete

A Sua Excelência o Senhor Deputado Severino Cavalcanti Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados erps/plc01-99

ARDUIVE-S

Oficio nº 306 (SF)

Brasília, em 19 de abril de 2002.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (PL nº 3.395, de 2000, nessa Casa). sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 10.422, de 15 de abril de 2002, que "autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social".

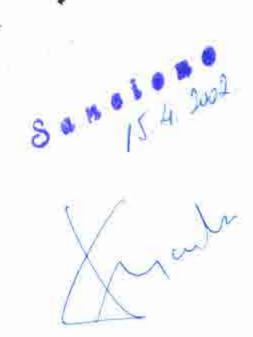
Atenciosamente,

Senadora Marluce Pinto Segunda Suplente, no exercicio da Primeira Secretaria

Provident. nate de Cabincia

A Sua Excelência o Senhor Deputado Severino Cavalcanti Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados jbs/plc01-099

Secretário-Getal da Mosa



Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS autorizado a doar ao governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade, localizado na Rua Antônio Justa, bairro Meireles, na cidade de Fortaleza, com área total de seis mil e seiscentos metros quadrados, com limites e confrontações constantes de escritura pública lavrada no Cartório Pergentino Maia – Fortaleza – Ceará (livro 101, fls. 155v, de 7 de outubro de 1963) e devidamente registrada sob o nº de ordem 50.918 (livro 3-AK, fls. 76, do Livro de Transcrição de Transmissões) no Cartório de Registro de Imóveis da 1º Zona – Fortaleza – Ceará.

Parágrafo único. O terreno doado será destinado ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública-ESP/CE e a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de março de 2002.

Senador Edison Lobão

Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,

no exercício da Presidência

Aviso nº 292 - C. Civil

Em 15 de abril

de 2002.

Senhor Primeiro Secretario,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentissimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 99, de 2001 (nº 3.395/00 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.422, de 15 de abril de 2002.

Atenciosamente,

Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica

A Sua Excelência o Senhor Senador CARLOS WILSON Primeiro Secretário do Senado Federal BRASÍLIA-DF. Mensagem nº 265

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.422, de 15 de abril de 2002.

Brasília, 15 de abril de 2002.

A molo

LEI Nº 10.422 , DE 15 DE ABRIL DE 2002.

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS autorizado a doar ao governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade, localizado na Rua Antônio Justa, bairro Meireles, na cidade de Fortaleza, com área total de seis mil e seiscentos metros quadrados, com limites e confrontações constantes de escritura pública lavrada no Cartório Pergentino Maia – Fortaleza – Ceará (livro 101, fls. 155v, de 7 de outubro de 1963) e devidamente registrada sob o nº de ordem 50.918 (livro 3-AK, fls. 76, do Livro de Transcrição de Transmissões) no Cartório de Registro de Imóveis da 1º Zona – Fortaleza – Ceará.

Parágrafo único. O terreno doado será destinado ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública-ESP/CE e a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasilia, 15 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

Aviso nº 292 - C. Civil.

Em 15 de abril de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentissimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 99, de 2001 (nº 3.395/00 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.422, de 15 de abril de 2002.

Atenciosamente,

Chefe da Casa Civil da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor Senador CARLOS WILSON Primeiro Secretário do Senado Federal BRASÍLIA-DF. Mensagem nº 265

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.422, de 15 de abril de 2002.

Brasilia, 15 de abril de 2002.

A molor

LEI Nº 10.422 , DE 15 DE ABRIL DE 2002.

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS autorizado a doar ao governo do Estado do Ceará terreno de sua propriedade, localizado na Rua Antônio Justa, bairro Meireles, na cidade de Fortaleza, com área total de seis mil e seiscentos metros quadrados, com limites e confrontações constantes de escritura pública lavrada no Cartório Pergentino Maia – Fortaleza – Ceará (livro 101, fls. 155v, de 7 de outubro de 1963) e devidamente registrada sob o nº de ordem 50.918 (livro 3-AK, fls. 76, do Livro de Transcrição de Transmissões) no Cartório de Registro de Imóveis da 1º Zona – Fortaleza – Ceará.

Parágrafo único. O terreno doado será destinado ao desenvolvimento de serviços a serem desempenhados por órgãos convenentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, à implantação e funcionamento da Escola de Saúde Pública-ESP/CE e a programas desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lei:

Brasilia, 15 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da Republica.



Imprensa Nacional República Federativa do Brasil O OFICIAL DA

YUO CXXXIX No 72

Brasilia - DF, terca-ferra, 16 de abril de 2002 RS 1.64

do Agremo de Estado do Ceare more more accommon to remaining real continuous or primarile. TARKET TOOM TOOK OF PROPERTY PROPERTY OF THE STREET OF COMMERCIAL centralist do simulatina exect a charatira I miratele do ventanay scarapyments de service a servic describentados por orenos con Paragraph concentration of the control of the contr

An 2" Esta t.gr coura gut Arror na chala de sur nuchume,

Bingthin 25 de abnit de 1841 (1841 (1965 ste Inde ab 21 uniquid

FERNANDO HESBOOTT CARDOSEL

TELA, 10 353 DE 12 DE VERRIE DE 5005

eibni de Curaba, hydiado do Maro Cores. WIT-407, Redovin the himtanics, an Mann proper a mes minimatalmins on Astitals SH GOODSTOOD LISE INX on obstoliced obusing a parad withinff suct andmit's commoned

the ay a lateral interiors, because of one roles over O PRESIDENTE DA REPUBLICA

LTT DIMERSON P. CHEST

Palitinday m

assemble the object admit a strongent A not sometimes with the source doe impremies, but At million on Edition, SH member up are not on obsolusin module. An 11 h denominado "Visulais Ilais Phinpps Perents +

And 27 PARA (are comes from segret than selection publication)

mangandaya arp Principal (Side atmit de 2002) 131° da independencia e 11°

HOOK STITEMENTY OF CONTINUENT STORY PERMANNA HEARIOGE CARDONIC

LEI V. 10.424, DE 15 DE ABRIL, DE 2002

three by rightly many in their matter activities in Content потавтивая эксплиануюми учини ил в самиар to turn tonaments de servicios curriciona, recon e recuperação da sande, a oreanixação still imbottiond it rated abottippion or causes in the economic of they are ensha-Netweening captuling and and a firm in 8 floor

united states of the second decrease decreases O PRESIDENTE DA REPUBLICA

Art 17 A Let of "X 180. de 19 up setember in The primates a source in

LOUNDWICK HAVING AN HARISH IN DOL EX. (), ILITITA'S: the control of the control and the control of the c

manage increasing tenna Linea de Saude o abadamicano donne man e a -At 14th San establishing no animon del So-

TATEBUACAO DOMINICHTAN

on button has the vanished son textain opening the beremphenze on nestation sorral, ermy minos necessaria Outrodistation il meaturatus ap sociipaut somanupa culпо с пистачени принитичное пенения с напълначинов. annimization of transference on amplifying the 11 a

от петано учини сущим сущим сущим в событь им - 2 () alendantenno e a microsación () *5 \$

плитинием в выполняють взинолога винирон врзиями

and the constant is should with East the tall sometime not termine the art the time. mys also namity to ongote be and used tendent course DATES A CHIREFAL QUE CALCULATION AS A CALCULAR

with variety o union total white Soir op riported in topieto op out turn) i dat touring topon reared no occopie op oses on 11 a

control de licença vera de 60 i sessentar. minutes in bottom open a state of submitted in the many righted million Some op mans de 🙃 🕏

mage, to between the premiett sent the 3tt (artifut) time some comme a transfer to the some and a reporter abelianithm abtume on oalooks alt takes ook te is

ope e epitea ap inicipal onum op orcemasaide nompau гриралион иль он оргонизации едиали У 🗜 в

remedent munification up appropriate property is people 1991 by print ab \$2 ab \$15.8 of 1941 A \$1. 186

Sh some found 8 is tothique + 5h voor against a 20 Just talent DF th a dath ab with toltions the idude its filt (wesenin) due or crimica non cinic 1 tum) To one time it mit rave absenta a as spile tomes a consert 0.21 46 opound of a penintal and opening opening a series of to Super on opened through indicate have no more and misos manapiasid un ideminas A. A. C. hA.

curvatory of selections and the selection of a selection of a selection of a selection of the selection of t special administration from the design design ers milant the operation of the me

interrupted the meditional sound in therefore as en tad devote samormorali esciolatido sécilo né-

оплимира

And the first the rest of the party of the

abril ab TX1 2002 ab mon ab \$1 mineral

TOTAL STATE

поприяти ст. (т.), пр. встанариля

with a mount timing FERNANDO III VRIQUE CARDOSO

spendidulated in income species records records TELL AS ID 357, DE 15 DE ABRUIL DE 2005

based remarks on immanal ministral on-

O ERESIDISTE DA REPLEBLICA

AT MINITAR WARRIES ния им в гладать решенаем пухациция и эти дары сомы

HASHIDI 61 programment in Carmen at Remain de innover de l'Avenin the male in why have a december of the decline decline community of the december of this abusing a situation of 17391 objections so 5 objects Mr. 101. blica istrada na Cambrin Persentino Mana Ponacean Leana the to and emission to continue experimentation a continue on exercional part entire state of the present the present of the second disposition of the second the extended friend around turners have the theory Shelperdover, one on outside core a on indirect the officers on that a officerous. ANT The continue becomes the remaining to be a read of the

Sumario

Starterin:	representent out consisted on massile and absolute
	The contract of the contract o
	united ub summer all languages
	annul phanica da Lima
	sanogeneri sub ortasemi
	ogarquid a addinasti oli myasiidi
	impærio do Pianejamento. Organiento e Gestat.
	dimension to beposit a community
HILLMAN	impreme do Desenvolvimento, industria e Comercial
	annity Atmir e preting
	somming variously lets on the
	vaoattajuntuo y vap. otias - sy
	Jones ob materials
	thook emmalstasts a actuablished to organish
	"YOUNG TO COLUMNIA
	through the original
	ingeomet ob interempt
	Evalue) in manyump
	ramin') rp maaismip
	pramouse i pours in manney
	charicità da Agricultura Pecuana e Abastecimento-
	Ashlebum da Republica
	tion do l'order Execution
	introday prost in the
EXC	10.125241 (01.04.14)

Atos do Poder Legislativo

TEL Nº 10:421, DE 15 DE ABRIL DE 2002

their ab unimi ali et the fire 8 'm to 4 to 9, 6 to 1 ab mam ab 1 ab button approximate point Degramme to the 125and on stort con receptionary a minutes. maternidade e ao salario matemiliade di esergio a simplific accessor assert a submotest

have sper due of congresso reactional decircle. O PRESIDENTE DA REPUBLICA

op sign) sep redepipositio) op 766 km ()... THE MERCHANT PROPERTY IN

Among mar number representative of the -V период аниваж и ных вельна ter shyoun abit in 24.2 in extension olog converge inmedi-

ин опилули ациираци экар гредалдица v 👍 s numes on a meadura on ozini in the combination of 120 years a smith may set in

aleab grangingon a uring ob come aid in come outrement. stational transfer and poor assert an observation of чет помого с жи сырыстира стария по писле ф

rational operator aguational title the same track to the substitution of the same sections and the same same sections and sections are sections. co costop a some mondation operated service

TOCKET IN NOTICE OF the sacratic most sent that the sacration of the sacration and sacration in

arti todium is sibigiopem orner abrows mer "s a

Sec. VETADOMSH.

annisodsib atmusas ub ubrazariu activiti a post view their the rate of the de man de terre passes a

contrained our spart out, on publications A 12, mA.